13 FEV 1995

ETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL

BMC F

EXECUTIVO

10?

Fernando Henrique impõe novo estilo: lê os decretos antes de assiná-los

por Claudia Safatle
de Brasília

Entre a decisão de um ministro de Estado e sua publicação no Diário Oficial, seja decreto, medida provisória ou qualquer outro tipo de ato legal - transcorrerão cinco dias, e não mais apenas um, como sempre ocorreu. Motivo: o presidente Fernando Henrique Cardoso impôs a seu ministério esse prazo de carência porque quer analisar, meticulosamente, cada implicação dos atos que assinar.

"Ninguém vai enfiar a faca no pescoço do presidente", disse um qualificado assessor do Palácio do Planalto a este jornal. Embora avisados disso desde os primeiros dias de governo, alguns ministros ainda não entenderam bem o estilo de governar de Fernando Henrique: "Ele sabe de tudo, se envolve com tudo, seja no atacado ou no varejo. Esse é o estilo de uma presidência forte, onde o presidente da República tem o poder da palavra final".

Nos últimos dias, dois exemplos citados por essa fonte deixaram clara a existência de regras dentro do Palácio do Planalto. "A área econômica enviou, na sexta-feira, dia 3, o decreto de programação financeira do Tesouro Nacional para o primeiro trimestre deste ano, por volta das 18 horas, para ser publicado no Diário Oficial do final de semana", contou a fonte. O decreto somente virou ato legal na terça-feira seguinte.

A elevação do imposto de importação dos automóveis foi outro caso. A ministra da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck, fechou o acordo com as montadoras na segunda-feira passada, enviou o decreto ao Palácio logo em seguida, mas sua publicação deverá constar da edição desta segunda-feira do Diário Oficial. O atraso causou alguns transtornos ao governo, pela expectativa de implementação da nova alíquota de 32% sobre as importações de veículos, gerando notícias desencontradas entre os ministros envolvidos na negociação com as montadoras.

O modelo de administração do presidente está lhe causando cansaço há pouco mais de um mês da posse. As dores na coluna melhoraram, mas a sobrecarga não ajuda muito, disse um outro assessor do presidente.

SALÁRIO MÍNIMO

O Palácio do Planalto já sabe que se não enviar uma proposta de melhoria do salário mínimo ou algum outro tipo de medida para ser negociada em troca, o veto presidencial ao aumento do mínimo será derrubado. Está, portanto, preparando uma medida - que poderá ser inclusive a desvinculação do salário mínimo dos benefícios da previdência social - para ser enviada no dia 16 próximo ao Congresso.

Na pior das hipóteses, e na falta de medidas efetivas de melhoria do mínimo, o governo poderá negociar com os parlamentares outras alternativas. Como lembrou um qualificado assessor de Fernando Henrique, os cargos do segundo escalão das empresas estatais e dos bancos oficiais estão em negociação. "Esta poderia ser uma boa moeda de troca", comentou.